

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE REVISÃO

SPMS-SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.

DEZEMBRO DE 2019

RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Nos termos do despacho de 04 Maio 2015 de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, que nos nomeou como Fiscal único da SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, adiante designado por SPMS, cumpre-nos apresentar relatório da actividade de fiscalização efectuada no quarto trimestre de 2019.

2 - ÂMBITO

O âmbito da actividade exercida teve como quadro o normativo referido no Ponto 1, tendo sido efectuada a revisão legal da SPMS e o exame das suas contas referidas a 31 de Dezembro de 2019, de acordo com as normas de revisão/auditoria em vigor e com a profundidade que considerámos necessária.

3 - TRABALHO REALIZADO

- 3.1 – Participação em diversas reuniões com a Administração, Director Financeiro e Contabilista Certificado, com o objectivo de recolhermos informação/documentação relativamente à actividade desenvolvida no período;
- 3.2.- Avaliação da adequacidade e consistência das políticas contabilísticas adoptadas, nomeadamente amortizações, provisões, ajustamentos, valorimetria, reconhecimento de gastos/rendimentos e diferimentos;
- 3.3. - Verificação da conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2019, a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas às Demonstrações Financeiras, todas referidas àquela data;
- 3.4.- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte;
- 3.5. - Análise do controlo interno;
- 3.6. - Realização de testes substantivos nas seguintes áreas;
 - 3.6.1. - Inventariação e confirmação dos saldos de Caixa;
 - 3.6.2. - Análise e verificação das reconciliações bancárias preparadas na SPMS;
 - 3.6.3. Confirmação da existência, titularidade e montantes dos Outros Depósitos Bancários/Depósitos a Prazo;

- 3.6.4.- Análise de contas de terceiros, designadamente de Clientes, de Fornecedores e de Outras Contas a Receber e a Pagar;
- 3.6.5.- Análise dos saldos e movimentos contabilizados nas contas de Diferimentos;
- 3.6.6.- Análise da conta de Subcontractos e dos processos de compra mais relevantes;
- 3.6.7.- Verificação dos investimentos/desinvestimentos em imobilizado;
- 3.6.8.- Análise dos critérios e cálculos de amortizações;
- 3.6.9.- Análise dos critérios e cálculos de ajustamentos/provisões;
- 3.7. – Análise das contas de Capital Próprio;
- 3.8. - Verificação documental dos gastos, perdas, rendimentos e ganhos relevantes;
- 3.9. - Verificação da situação fiscal e perante a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e Autoridade Tributária;

4 - RELATÓRIO

Como consequência do trabalho desenvolvido e das opiniões que temos, parece-nos conveniente realçar os seguintes pontos:



- 4.1.- Nas reuniões havidas com a Administração, Diretor Financeiro e Contabilista Certificado, obtivemos os esclarecimentos e documentos que considerámos necessários.
- 4.2.- A SPMS prosseguiu políticas contabilísticas que nos parecem adequadas e que são consistentes com as utilizadas no exercício anterior. A partir de 01 de Janeiro de 2018 A SPMS adoptou o SNC-AP de acordo com o Decreto-lei 92/2015.
- 4.3. - As Demonstrações Financeiras relativas a 31/12/2019 estão conformes com as Normas Contabilidade Pública (NCP) que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).
- 4.4 – As Demonstrações Financeiras estão de acordo com os registos e documentos de suporte.
- 4.5. - Analisámos o sistema de controlo interno tendo-se concluído que apesar de não existir um Manual de Procedimentos único, é observado um conjunto de normas e procedimentos escritos, Circulares Internas, que asseguram um razoável controlo interno.
- No quarto trimestre de 2019, foram emitidas seis circulares internas, circular 12/2019 “Divulgação de mapeamento e descrição de processos /Alteração ou criação de logotipos /DCRP”, circular 13/2019 “Divulgação de mapeamento e descrição de processos DRH (UA)”, circular 14/2019 “Divulgação de mapeamento e descrição de processos /Gerir redes sociais SPMS e SNS /DCRP”, circular 15/2019 “Divulgação de mapeamento e descrição de processos /DF”, circular 15/2019 “Divulgação de mapeamento e descrição de processos /DCPI – Ajuste Direto”, circular 17/2019 “Divulgação de mapeamento e descrição de processos /Planeamento das aquisições a efetuar pela direção de compras publicas internas – Regras” .

4.6. - Relativamente aos testes substantivos realizados salienta-se:

4.6.1. - A conta de Caixa encontra-se desagregada em Caixa de Lisboa e Caixa do Porto. Relativamente a 31 de Dezembro de 2019, a Caixa de Lisboa apresentava um saldo de 135,29 euros e a Caixa do Porto apresentava um saldo de 177,01 euros. Não procedemos à contagem física dos saldos referidos em data próxima de 31 de Dezembro de 2019, dada a irrelevância material dos mesmos.

4.6.2. - Foram obtidas e testadas as reconciliações das contas de depósitos à ordem. Relativamente a 31 de Dezembro verificavam-se coincidências dos saldos contabilísticos e bancários relativamente às contas 12106 “SPMS DL 209/2015”, 12107 “Centro de Contatcto”, 12109 “Projeto ehaction” e 12110 “Caução Fundo Imobiliário”. As contas 12101 – IGCP, 12104 “SITAM”, 12105 “Proj Comunitario” e 12112 “Op Extraorçamentais” apresentavam saldos divergentes, tendo sido feita a identificação de todos os movimentos que justificavam a diferença de saldos apurados, não apresentando estes movimentos antiguidades elevadas, tendo sido na sua maioria regularizados em Janeiro de 2020.

Salienta-se que a SPMS observou integralmente o princípio da unidade de tesouraria do Estado.

4.6.3. – Relativamente à conta de Outros Depósitos Bancários, verificou-se que à data de 31 de Dezembro 2019 a conta 1311 apresentava um saldo de 59.666,94 sendo divergente com o extracto bancário. A diferença encontrada foi devidamente reconciliada e justificada.

4.6.4. – Foi analisada a conta de Clientes relativamente à natureza dos saldos e antiguidades. Não existiam saldos de natureza contrária nem saldos com antiguidades elevadas. Foi constituída uma imparidade no montante de 4.870,80 referente a um cliente.

Igual procedimento foi feito para as contas de Fornecedores, que apresentavam um saldo total em 31 de Dezembro de 2019 no montante de cerca de 2.625.020,49 euros, não existindo saldos com antiguidade elevada nem saldos de natureza contrária.

- 4.6.5. - Relativamente às Outras Contas a Receber e a Pagar, foram analisados os saldos das contas Outros Acréscimos de Rendimentos, Remunerações a Liquidar, Acréscimos de Gastos por Natureza do Gasto, Cobranças Taxas Moderadoras a Entregar, Encargos SITAM Faturados, nada havendo de especial a relatar. Foram obtidos os extractos e fotocópias dos documentos de suporte mais relevantes, relativos às contas acima mencionadas.
- 4.6.6. - Relativamente a empréstimos bancários obtidos, há a referir que a conta se apresentava saldada. Foi feita a confirmação da inexistência de financiamentos bancários através do documento da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, com referência à data de 31 de Dezembro de 2019.
- 4.6.7. - Relativamente à conta de Diferimentos, analisámos a conta de Gastos a Reconhecer a qual se referia a diversas faturas cujos gastos se referiam ao período seguinte. Relativamente à conta de Rendimentos a Reconhecer foram analisadas as contas Transferencia de Subsídios Correntes, que se referia essencialmente a recebimento de adiantamentos de fundos comunitários. Foi ainda analisada a conta Rendimentos a Reconhecer, a qual apresentava um saldo credor, que se referia a duas notas de crédito emitidas em 2020 que corrigiam faturação de 2019.
- 4.6.8. - Quanto aos Subcontractos foram analisadas as aquisições mais relevantes do quarto trimestre, os respectivos contratos que se

encontram publicados na Basegov e a contabilização das correspondentes facturas, tendo-se obtido fotocópias dos referidos documentos. Verificou-se concordância entre os valores dos contractos e as verbas contabilizadas. Analisou-se também a forma de contratação, tendo-se constatado a existência de um número elevado de aquisições por ajuste directo e ajuste direto simplificado, os quais, no entanto respeitavam o estipulado no Código da Contratação Pública.

4.6.9. - Procedemos ao controlo documental dos movimentos lançados nas contas de imobilizado, tendo-se obtido listagens e fotocópias dos documentos de suporte mais significativos das aquisições e dos abates efectuados no trimestre.

4.6.10. - Relativamente às amortizações a SPMS adopta o método da linha recta e utiliza as taxas de amortização correspondentes aos diversos períodos de vida útil estimada dos bens, lançando mensalmente por estimativa na conta 64. No início de utilização dos activos as depreciações estão a ser feitas em regime de duodécimos.

4.6.11. - Quanto a Ajustamentos/Provisões no quarto trimestre de 2019 foi registada uma perda por imparidade referente a um cliente no montante de 4.870,80 euros e reforçada a provisão para processos judiciais em curso no montante de 154.796,82 euros. Neste trimestre foi também anulada uma provisão no montante de 7.944,81 euros conforme informação obtida por parte dos advogados da SPMS.

4.7. - Procedemos à análise das contas de Património/Capital tendo-se concluído que no quarto trimestre foi transferido para a conta de Resultados Transitados – Regularizações o montante de global de 2.389.514,85 euros, sendo 918.424,89 euros referentes a subsídios e

financiamento comunitários, 1.136.568,67 euros referentes à fatura 601 cujos rendimentos se reportam a 2018, 349.973,16 euros de acréscimos de rendimentos referentes a projectos comunitários e 170.344,37 euros referentes a acréscimos de rendimentos. Por outro lado, foram debitados 185.796.24 euros referentes à regularização de subsídios que inicialmente tinham sido considerados como adiantamento.

Ainda relativamente ao Património Líquido, deve salientar-se o facto do mesmo em 31 de Dezembro de 2019, no montante de 7.710.327,67 euros, estar inferior a 50% do Capital Estatutário o que cai no âmbito do Art.º 35º do Código das Sociedades Comerciais.

4.8. - A análise documental dos gastos e rendimentos relevantes do período decorrido até 31 de Dezembro de 2019 permite concluir que o valor apurado, prejuízo de cerca de 3.608.842,55 euros refletirá apropriadamente o resultado do mesmo. Com efeito, o resultado acima referido foi motivado fundamentalmente pelo acréscimo verificado nas provisões para processos judiciais em curso, feita no segundo trimestre do exercício, no montante de 4M€.

4.9. - Controlámos a situação fiscal e perante a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e AT-Autoridade Tributária da SPMS, tendo podido concluir que todas as situações se encontravam regularizadas, se bem que existissem pequenas diferenças, materialmente irrelevantes.

5 – NOTA FINAL

Por último uma palavra de agradecimento pela boa colaboração e disponibilidade manifestadas pelo Administrador, pelo Director Financeiro, Contabilista Certificado e demais responsáveis com quem mantivemos contactos profissionais.

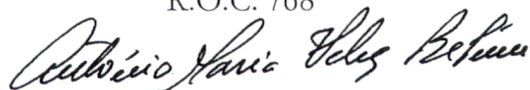
Lisboa, 30 de Junho de 2020

O FISCAL ÚNICO

ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES – SOCIEDADE DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

representada pelo Dr. António Maria Velez Belém

R.O.C. 768



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

SPMS-SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.

DEZEMBRO DE 2019

RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Nos termos do despacho de 04 de Maio de 2015 de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, que nos nomeou como Fiscal Único Efectivo da SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, adiante designada por SPMS, cumpre-nos apresentar relatório sobre a execução orçamental referida à data de 31 de Dezembro de 2019.

2 - METODOLOGIA

O Fiscal Único Efectivo procedeu à análise das contas referidas a 31 de Dezembro de 2019 da SPMS, que se encontram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, que integram o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas. Foi verificada a compatibilidade entre os valores relevados no Balancete Analítico do Razão Geral com os valores constantes no Balanço, na Demonstração dos Resultados Líquidos por natureza e no PAO – Plano de Actividade e Orçamento para 2019.

3 - TRABALHO REALIZADO

Para além do controlo da execução orçamental referida a 31 de Dezembro de 2019, procedemos a análise crítica das posições, financeira (Balanços) e dos resultados apurados (Demonstrações de Resultados), referidos a 31 de Dezembro de 2019 e 2018. Assim foram feitas:

- 3.1 –** Comparação dos valores constantes no Balanço de 31 de Dezembro de 2019 com os valores do período homólogo do ano anterior.
- 3.2.-** Comparação dos valores constantes na Demonstração de Resultados Líquidos por natureza referida a 31 de Dezembro de 2019, com os valores do período homólogo do ano anterior e com os valores previstos no PAO referente a 2019.
- 3.3–** Controlo dos investimentos realizados versus investimentos orçamentados para o exercício de 2019 (grau de execução orçamental dos investimentos).

4 - RELATÓRIO

Como consequência do trabalho desenvolvido e da análise dos Anexos que integram o presente relatório parece-nos conveniente realçar as seguintes conclusões:

4.1. – Balanço (Anexo I)

4.1.1.- O Activo Líquido em 31 de Dezembro de 2019 é inferior ao do período homólogo do ano anterior em cerca de 5.364.489 euros, o que representa em percentagem um decréscimo de 20,29%. Esta variação negativa resultou de uma diminuição do Ativo não Corrente de cerca de 63.825 euros, em percentagem 0,94%, provocado pela acção conjugada dos aumentos do Activo Tangível em cerca de 1.370.237 euros e dos Ativos por Impostos Diferidos em cerca de 461 euros e da diminuição do Ativo Intangível, em cerca de 1.434.523 euros e da diminuição do Activo Corrente em cerca de 5.300.664 euros, em percentagem 27,01%, devido à acção conjugada dos decréscimos dos saldos de Clientes, Diferimentos e Caixa e Depósitos Bancários, nos montantes de 6.174.717 euros, 699.581 euros e 2.247 euros respectivamente, que foram superiores aos acréscimos verificados nos saldos do Estado e Outros Entes Públicos, e nas Outras Contas a Receber nos montantes de 635.220 euros e 940.660 euros respetivamente. **Em conclusão, o activo líquido decresceu de forma significativa, 20,29%, fundamentalmente devido à diminuição do Ativo não Corrente, no montante de 63.825 euros e da diminuição do Ativo Corrente, no montante de cerca de 5.300.664 euros.**

4.1.2.- Relativamente ao Capital Próprio verifica-se um aumento em valor absoluto, de Dezembro de 2019 para Dezembro de 2018, de cerca de 716.515 euros, em percentagem 10,24%, resultante do acréscimo verificado no saldo da conta de Resultados Transitados, cerca de 7.374.345 euros e do decréscimo apurado no Resultado Líquido do período, cerca de 6.657.830 euros. **Em conclusão, deve referir-se que o total do Capital Próprio aumentou, atingindo um valor total de cerca de 7.710.328 euros, devido fundamentalmente ao Resultado**

Líquido negativo apurado no período deduzido do aumento verificado no saldo da conta de Resultados Transitados. Entendemos chamar a atenção para o facto do capital próprio da SPMS representar cerca de 29,26% do Capital, o que cai no âmbito do Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.

4.1.3. – No que concerne ao Passivo Total registou-se uma diminuição de cerca de 6.081.004 euros relativamente a Dezembro de 2018, o que em percentagem representa cerca de 31,27%. Esta variação resultou do aumento do Passivo não Corrente de cerca de 4.164.834 euros, em percentagem 1.166,61%, devido ao aumento do saldo da conta de Provisões e também da diminuição do passivo corrente em cerca de 10.245.838 euros, devido por um lado, às diminuições ocorridas nos saldos das contas de Fornecedores, cerca de 6.559.946 euros, Estado e Outros Entes Públicos, cerca de 1.392.227 euros e Diferimentos, cerca de 2.675.842 euros e por outro aos aumentos dos saldos dos Fornecedores de Investimentos e de Outras Contas a Pagar, nos montantes de 275.911 euros e 106.266 euros, respectivamente.

Em conclusão, pode referir-se que o decréscimo do Passivo Total da SPMS, teve a ver fundamentalmente com o aumento do Passivo não Corrente (Provisões), no montante de 4.164.834 euros e com a diminuição do Passivo Corrente no montante de 10.245.838 euros.

4.2.- Demonstração de Resultados por natureza (Anexo II)

O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA), em 31 de Dezembro de 2019, negativo no montante de cerca de 647.198 euros era inferior ao do período homólogo de 2018, em cerca de 6.290.169 euros, o que representa um decréscimo de 111,47%. Esta diminuição do EBITDA é explicado fundamentalmente pelo efeito conjugado das variações favoráveis nas Vendas e Prestação de Serviços, nos Fornecimentos e Serviços Externos e Outros Gastos e Perdas, nos

montantes de 3.860.687 euros, 7.790.006 euros e 870.601 euros, respetivamente e das variações desfavoráveis nas Transferências Correntes, nos Gastos com Pessoal, nas Imparidades de Dívidas a Receber, nas Provisões e nos Outros Rendimentos e Ganhos, cerca de 13.374.316 euros, 728.918 euros, 4.871 euros, 4.251.143 euros e 452.215 euros, respetivamente.

Em consequência da redução do EBITDA acima referida, o Resultado Operacional (EBIT) em Dezembro de 2019, atingia o montante negativo de 3.588.210 euros, inferior ao do período homólogo em cerca de 7.379.949 euros, o que representa um agravamento de 194,63%. O Resultado antes de impostos (RAI), negativo em cerca de 3.588.300 euros também é significativamente inferior ao do período homólogo, em cerca de 7.378.224 euros o que representa em percentagem cerca de 194,68%. Considerando o efeito fiscal de 20.543 euros chega-se a um Resultado Líquido negativo de cerca de 3.608.843 euros em Dezembro de 2019, contra um resultado de cerca de 3.048.988 euros no período homólogo do exercício anterior. **Como conclusão, deve salientar-se que a degradação muito acentuada do resultado apurado se baseia fundamentalmente na acção conjugada das variações desfavoráveis nas Transferências Correntes e Subsídios à Exploração, nos Gastos com Pessoal e nas Provisões e das variações favoráveis nas Vendas e Prestação de Serviços, nos Fornecimentos e Serviços Externos e nos Outros Gastos e Perdas.**

4.2.- Execução Orçamental (Anexo III)

4.2.1.- Dos Rendimentos e Gastos

Feita comparação entre os valores anuais orçamentados e os valores reais do período, pode concluir-se que os desvios verificados foram nalguns casos significativos quer relativamente aos rendimentos, quer em relação

aos gastos orçamentados. Com efeito os graus de execução atingidos foram nas Vendas e Prestações de Serviços, 77%, nas Transferências Correntes e Subsídios à Exploração, 99%, nos Fornecimentos e Serviços Externos, 100%, nos Gastos com Pessoal 100%, nos Outros Rendimentos e Ganhos 34% e nos Outros Gastos e Perdas 9%, devendo ainda salientar-se a existência de Provisões que não estavam orçamentadas no montante de cerca de 4.164.834 euros. Assim, em Vendas e Prestações de Serviços, foram realizados cerca de menos 23% do que o orçamentado, o que se explica pelo facto de ter havido algum atraso na faturação emitida no âmbito do Contrato-Programa com a ACSS. Em termos de resultados (EBITDA, EBITA, RAI e RL) pode concluir-se que todos apresentam valores negativos, muito inferiores aos valores orçamentados (positivos) fundamentalmente devidos à redução da faturação efetuada no exercício e à redução nas Transferências Correntes e Subsídios à Exploração ocorridas. **Em conclusão pode referir-se que a SPMS realizou uma execução orçamental equilibrada, em termos de recebimentos e pagamentos, ou seja 74.404.046,61 euros de recebimentos e 72.036.241 50 euros de pagamentos, sendo que os desvios mais significativos se referem às Vendas e Prestações de Serviços, às Transferências Correntes e Subsídios à Exploração e às Provisões, que não estavam orçamentadas.**

4.2.2.- Dos Investimentos (Anexo IV)

Feita análise entre os investimentos orçamentados e os efectivamente realizados até 31 de Dezembro de 2019, pode concluir-se que do montante anual orçamentado de 6.515.314 euros, foram realizados cerca de 2.960.567 euros, 76.538 euros em Edifícios e Outras Construções, 1.995.048 euros em Equipamento Básico, 245.562 euros em Equipamento Administrativo, 34.794 euros em Outros Investimentos, 594.011 euros em Ativos Fixos em Curso e 14.614 euros em “Software Informático”, o

que corresponde a um grau de execução orçamental global de cerca de 45,44%.

NOTA FINAL

Por último uma palavra de agradecimento pela boa colaboração e disponibilidade manifestadas pelo Director da Direcção Financeira e demais responsáveis com quem mantivemos contactos profissionais.

Lisboa, 30 de Junho de 2020

O FISCAL ÚNICO

ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES, SROC, LDA.

representada pelo Dr. António Maria Velez Belém

R.O.C. 768



SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE
BALANÇOS

RUBRICAS	DEZEMBRO 2019	DEZEMBRO 2018	VARIAÇÃO	
			Valor	%
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	6 318 486	4 948 250	1 370 237	27,69
Ativos Fixos Tangíveis em Curso				
Goodwill				
Activos intangíveis	427 691	1 862 214	-1 434 523	-77,03
Ativos Intangíveis em Curso				
Participações financeiras - método equivalência patrimonial				
Participações financeiras - outros métodos				
Accionistas / sócios				
Outros activos financeiros				
Activos por impostos diferidos	461		461	
Outras contas a receber				
Total Activo não corrente	6 746 638	6 810 464	-63 825	-0,94
Activo corrente				
Inventários	0	0		
Clientes, contribuintes e utentes	6 585 140	12 759 856	-6 174 717	-48,39
Adiantamentos a fornecedores	0	0		
Estado e outros entes públicos	635 220	0	635 220	
Accionistas / sócios				
Outras contas a receber	4 064 131	3 123 470	940 660	30,12
Diferimentos	75 103	774 684	-699 581	-90,31
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros				
Activos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos bancários	2 969 484	2 971 731	-2 247	-0,08
Total Activo corrente	14 329 077	19 629 741	-5 300 664	-27,00
Total do Activo	21 075 715	26 440 205	-5 364 489	-20,29

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE
BALANÇOS

RUBRICAS	DEZEMBRO 2019	DEZEMBRO 2018	VARIACÃO	
			Valor	%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	26 260 689	26 260 689	0	0,00
Reservas legais	0	0		
Outras reservas	4 456 980	4 456 980	-0	0,00
Resultados transitados	-25 145 986	-32 520 331	7 374 345	-22,68
Ajustamentos em activos financeiros	0			
Excedentes de revalorização	0			
Outras variações no capital próprio	5 747 487	5 747 487	0	0,00
Resultado líquido do exercício	-3 608 843	3 048 988	-6 657 830	-218,36
Interesses minoritários				
Total do Capital próprio	7 710 328	6 993 813	716 515	10,24
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	4 415 542	250 708	4 164 834	1661,23
Financiamentos obtidos				
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0		
Passivos por impostos diferidos	0	0		
Outros passivos não correntes	0	0		
Total do Passivo não corrente	4 415 542	250 708	4 164 834	1661,23
Passivo corrente				
Provisões				
Fornecedores	2 625 020	9 184 967	-6 559 946	-71,42
Adiantamentos de clientes	0	0		
Estado e outros entes públicos	198 926	1 591 153	-1 392 227	-87,50
Fornecedores de Investimentos	591 328	315 417	275 911	87,47
Accionistas/Sócios				
Outras contas a pagar	3 505 794	3 399 527	106 266	3,13
Diferimentos	2 028 778	4 704 620	-2 675 842	-56,88
Total do Passivo corrente	8 949 845	19 195 684	-10 245 838	-53,38
Total do Passivo	13 365 387	19 446 392	-6 081 004	-31,27
Total do Capital próprio e do Passivo	21 075 715	26 440 205	-5 364 490	-20,29

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

RUBRICAS	DEZEMBRO 2019	DEZEMBRO 2018	VARIAÇÃO	
			Valor	%
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e prestações de serviços	23 797 390	19 936 703	3 860 687	19,36
Transferências correntes e subsídios à exploração	37 142 266	50 516 582	-13 374 316	-26,48
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0		
Variações nos inventários de produção	0	0		
Trabalhos para a própria entidade	0	0		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0		
Fornecimentos e serviços externos	-47 651 872	-55 441 878	7 790 006	-14,05
Gastos com o pessoal	-9 872 967	-9 144 049	-728 918	7,97
Imparidade de inventários (perdas)				
Imparidade de inventários reversões)	0	0		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-4 871	0	-4 871	
Provisões (aumentos/reduções)	-4 164 834	86 309	-4 251 143	-4925,52
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0		
Reduções de justo valor	0	0		
Aumentos de justo valor	0	0		
Outros rendimentos e ganhos	171 882	624 098	-452 215	-72,46
Outros gastos e perdas	-64 192	-934 793	870 601	-93,13
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	-647 198	5 642 970	-6 290 169	-111,47
Gastos de depreciação e amortização	-2 941 012	-1 851 231	-1 089 780	58,87
Reversões de depreciação e amortização	0	0		
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-3 588 210	3 791 739	-7 379 949	-194,63
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0		
Juros e gastos suportados	-90	-1 815	1 725	-95,05
Resultado antes de impostos	-3 588 300	3 789 924	-7 378 224	-194,68
Imposto sobre o rendimento	-20 543	-740 937	720 394	-97,23
Resultado líquido do período	-3 608 843	3 048 988	-6 657 830	-218,36

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

CONTROLO EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

RUBRICAS	REAL DEZEMBRO 2019	ORÇAMENTO ANUAL 2019	GRAU DE EXECUÇÃO
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e prestações de serviços	23 797 390	30 846 529	0,77
Transferências correntes e subsídios à exploração	37 142 266	37 379 011	0,99
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0
Variações nos inventários de produção		0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	-47 651 872	-47 760 500	1,00
Gastos com o pessoal	-9 872 967	-9 763 189	1,01
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-4 871	0	-4 871
Provisões (aumentos/reduções)	-4 164 834	0	-4 164 834
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	171 882	498 359	0,34
Outros gastos e perdas	-64 192	-698 333	0,09
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	-647 198	10 501 877	-0,06
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 941 012	-2 810 955	1,05
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-3 588 210	7 690 922	-0,47
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0
Juros e gastos suportados	-90		#DIV/0!
Resultado antes de impostos	-3 588 300	7 690 922	-0,47
Imposto sobre o rendimento	-20 543	-1 961 185	0,01
Resultado líquido do período	-3 608 843	5 729 737	-0,63

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

CONTROLO ORÇAMENTAL - INVESTIMENTOS

RUBRICAS	INVESTIMENTOS DEZEMBRO 2019	ORÇAMENTO ANUAL INVESTIMENTOS	GRAU DE EXECUÇÃO
Activos fixos tangíveis	2 945 953	6 303 932	46,73%
Edifícios e Outras Construções	76 538	2 115 000	3,62%
Equipamento Básico	1 995 048	3 810 000	52,36%
Equipamento Administrativo	245 562	323 932	75,81%
Outros Investimentos	34 794	55 000	63,26%
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	594 011		
Activos intangíveis	14 614	211 382	6,91%
Software Informático	14 614	211 382	6,91%
Ativos Intangíveis em Curso			
Totais	2 960 567	6 515 314	45,44%